

Orçamento começará

mia

Jornal de Brasília • 11

com Cz\$ 32 trilhões

Aylê-Salassie

O Orçamento Geral da União que começará a ser executado em janeiro de 1989 será de Cz\$ 32 trilhões e não Cz\$ 10,4 trilhões (a preços de junho), conforme a proposta orçamentária encaminhada nessa última semana ao Congresso Nacional pelo Presidente José Sarney.

Esse número, que a preços de hoje corresponderia a um fluxo de recursos só na área da administração pública direta da ordem de US\$ 100 bilhões, faz parte dos exercícios realizados pelo pessoal do Governo, tanto da Secretaria de Planejamento quanto da Secretaria do Tesouro, encarregado de

acompanhar a execução orçamentária.

Para chegar aos Cz\$ 32 bilhões (quantia que poderá terminar o exercício uma ou duas vezes maior) os técnicos tomam como parâmetro para evolução do Orçamento um índice de preços médio, de junho a dezembro, da ordem de 20% ao mês, ou, aproximadamente, 227 por cento no período.

Especulação

Apesar do exercício matemático, do próprio Governo, em relação ao Orçamento ter transpirado, a orientação interna é no sentido de se fugir a essas projeções públicas, como forma de evitar que os núme-

ros do Governo venham a alimentar a especulação.

Assim, o Governo já dispõe de projeções para a inflação do próximo ano, baseada em cálculos feitos sobre indicador do déficit público (2% em 1989), mas esse exercício os próprios técnicos evitam comentá-lo.

Explicam que essa projeção, Cz\$ 32 trilhões, parte do princípio de que a receita do Tesouro vai se comportar de maneira similar. Se por acaso a arrecadação da União sofrer uma queda, automaticamente o Orçamento sofrerá a sua adaptação. A nova metodologia para a sua elaboração permite isto.

No Congresso

De acordo com esses mesmos

técnicos, o Governo não está sequer preocupado com a possibilidade de que, ao longo desse semestre de tramitação no Congresso, o Orçamento para 1989 venha a sofrer mudanças, porque, no caso dos gastos de pessoal, por exemplo, desde já eles não podem exceder aos 65% da receita global, e com relação às prioridades estabelecidas, se o Congresso decidir alterá-las e isto implicar em mobilização de recursos, ele terá de indicar, no Orçamento, as fontes de receita.

De modo que, acreditam, dificilmente o Congresso conseguirá introduzir grandes alterações na proposta orçamentária para 1989. Aham complicado até mesmo a contratação, pelo Congresso, de

serviços de consultoria externa para examinar o Orçamento, devido às restrições de recursos sofridas pelo próprio Congresso na peça orçamentária que irá examinar.

Negociação

Apesar de os técnicos pensarem assim, o presidente José Sarney, depois das seguidas derrotas na Constituinte, não está seguro disso, e já recomendou aos ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Máilson da Nóbrega, colocarem técnicos das secretarias de Orçamento e Finanças, do Tesouro e da Receita Federal à disposição da Comissão de Orçamento do Congresso.

O próprio João Batista de

Abreu, na qualidade de "pai" do Orçamento, já se adiantou, e nessa última semana teve um almoço reservado com o presidente da Comissão, deputado Cid Carvalho (PMDB-PE), com o relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), e o deputado César Maia (PDT-RJ).

Almir Gabriel, que liderou com sucesso a elaboração dos capítulos que tratam da questão social na Constituinte contra a forte reação do Governo a determinados dispositivos, e Cesar Maria, pedetista ligado a Leonel Brizola, considerado um dos bons economistas desse País, poderão não concordar com muitas das prioridades do Orçamento que, à primeira vista, não premia os programas sociais.